

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 02 de fevereiro de 2016, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.151142/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.2. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.210673/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.3. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.51045/2015, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.4. Procedimento Ministerial SIMP nº 677.0.114446/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.5. Inquérito Civil SIMP nº 647.0.47124/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.6. Inquérito Civil SIMP nº 608.0.153696/2013, da Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.7. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.98390/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.8. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.96440/2010, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.9. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.93585/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.10. Procedimento Ministerial SIMP nº 596.0.184751/2013, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.11. Inquérito Civil SIMP nº 210.0.117548/2011, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente de Guanambi;
- 1.12. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.60198/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.13. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.57196/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.14. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.111266/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.15. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.218166/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.16. Inquérito Civil SIMP nº 190.0.98449/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.17. Inquérito Civil SIMP nº 600.0.89375/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.18. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.129652/2015, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
- 1.19. Procedimento Ministerial SIMP nº 720.0.158202/2015, da 1ª Promotoria

- de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.20. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.202473/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.21. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.35604/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.22. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.40470/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.23. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.95818/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.24. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.52107/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.25. Inquérito Civil SIMP nº 212.0.97577/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 1.26. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.213279/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.27. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.213002/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.28. Inquérito Civil SIMP nº 678.0.5092/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.29. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.238156/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.30. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.176109/2008, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.31. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.41993/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.32. Inquérito Civil SIMP nº 331.0.158421/2011, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.33. Inquérito Civil SIMP nº 593.0.72557/2012, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 1.34. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.228473/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.35. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.148952/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.36. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.132774/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.37. Inquérito Civil SIMP nº 003.1.45367/2004, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Salvador;
- 1.38. Inquérito Civil SIMP nº 190.0.65386/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 1.39. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.12890/2015, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.40. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.4136/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.41. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.40692/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 1.42. Inquérito Civil SIMP nº 655.0.3125/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 1.43. Inquérito Civil SIMP nº 272.0.85548/2008, da Promotoria de Justiça

Regional do Meio Ambiente de Guanambi;

1.44. Procedimento Ministerial SIMP nº 266.0.190439/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

1.45. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.1.22214/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

1.46. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.119791/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.47. Procedimento Ministerial SIMP nº 702.0.183705/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.48. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.87694/2012, da Promotoria de Justiça de Jequié;

1.49. Inquérito Civil SIMP nº 674.0.66046/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.50. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.72580/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Barreiras;

1.51. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.175069/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.52. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.36808/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.53. Inquérito Civil SIMP nº 593.0.160165/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.54. Procedimento Ministerial SIMP nº 709.0.107393/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

1.55. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.179669/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.56. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.34106/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.57. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.57310/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;

1.58. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.38606/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.59. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.171707/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.60. Inquérito Civil SIMP nº 331.0.93604/2012, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;

1.61. Inquérito Civil SIMP nº 594.0.88709/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;

1.62. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.52123/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.63. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.136496/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.64. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.52070/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.65. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.229041/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.66. Procedimento Ministerial SIMP nº 657.0.238175/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;

1.67. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.31126/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

- 1.68. Procedimento Ministerial SIMP nº 331.0.100444/2014, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.69. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.95918/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.70. Inquérito Civil SIMP nº 709.0.69173/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.71. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.66642/2013, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 1.72. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.123171/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.73. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.113306/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.74. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.216337/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.75. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.4139/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.76. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.102418/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos – GEIDO;
- 1.77. Procedimento Ministerial SIMP nº 720.0.210463/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 1.78. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.137373/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.79. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.166586/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.80. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.14645/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 1.81. Inquérito Civil SIMP nº 305.0.201202/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 1.82. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.167638/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.83. Inquérito Civil SIMP nº 003.1.734/2005, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Salvador;
- 1.84. Procedimento Ministerial SIMP nº 001.0.148663/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.85. Procedimento Ministerial SIMP nº 674.1.99933/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.86. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.197808/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.87. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.21602/2015, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.88. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.92509/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.89. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.150413/2011, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.90. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.137119/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.91. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.88177/2012, do Grupo de

Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.92. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.20915/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.93. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.63615/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.94. Inquérito Civil SIMP nº 025.0.183508/2009, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;

1.95. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.153338/2015, da Promotoria de Justiça de Antas;

1.96. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.221822/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.97. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.167674/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.98. Inquérito Civil SIMP nº 596.0.183049/2008, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.99. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.217088/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Idosos – GEIDO;

1.100. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.23734/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.101. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.28048/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.102. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.198577/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Salvador;

1.103. Inquérito Civil SIMP nº 001.0.56931/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.104. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.4151/2014, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital;

1.105. Inquérito Civil SIMP nº 058.0.201162/2011, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;

1.106. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.260602/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.107. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.17155/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Idoso e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.108. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.202903/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.109. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.393/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.110. Inquérito Civil SIMP nº 198.0.184204/2008, da Promotoria de Justiça de Nova Soure;

1.111. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.189279/2014. Da Promotoria de Justiça de Itanhém;

1.112. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.201850/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa –

GEPAM;

1.113. Inquérito Civil SIMP nº 147.0.233750/2014, da Promotoria de Justiça de Lapão;

1.114. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.1764848/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.115. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.247141/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.116. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.202915/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.117. Inquérito Civil SIMP nº 025.0.185020/2009, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;

1.118. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.223230/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Guanambi;

1.119. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.17644/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.120. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.49774/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.121. Procedimento Ministerial SIMP nº 593.0.265657/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Barreiras;

1.122. Procedimento Ministerial SIMP nº 646.0.253660/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.123. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.238622/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF.

1.124. Procedimento Ministerial SIMP nº 706.0.204111/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;

1.125. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.139250/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.126. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.18520/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.127. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.57153/2014, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente de Guanambi;

1.128. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.50961/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.129. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.134203/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.130. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.194169/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

1.131. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.7224/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.132. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.132498/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;

1.133. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.178913/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

- 1.134. Procedimento Ministerial SIMP nº 112.0.174873/2012, da Promotoria de Justiça de Ituaçu;
- 1.135. Inquérito Civil SIMP nº 701.0.38698/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.136. Procedimento Ministerial SIMP nº 592.0.151184/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.137. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.80869/2014, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente de Guanambi;
- 1.138. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.164728/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.139. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.151969/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.140. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.199614/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.141. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.138331/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.142. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.231042/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.143. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.67147/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.144. Procedimento Ministerial SIMP nº 598.0.56472/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 1.145. Inquérito Civil SIMP nº 597.0.82125/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença;
- 1.146. Inquérito Civil SIMP nº 708.0.97670/2014, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 1.147. Inquérito Civil SIMP nº 003.0.200178/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.148. Inquérito Civil SIMP nº 598.0.180748/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.149. Procedimento Ministerial SIMP nº 164.0.159632/2014, da Promotoria de Justiça de Maraú;
- 1.150. Procedimento Ministerial SIMP nº 708.0.91833/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.151. Procedimento Ministerial SIMP nº 003.0.34121/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 1.152. Procedimento Ministerial SIMP nº 608.0.173444/2014, da Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.153. Procedimento Ministerial SIMP nº 644.0.56242/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.154. Inquérito Civil SIMP nº 167.0.15309/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.155. Inquérito Civil SIMP nº 692.0.143067/2007, da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente de Guanambi;
- 1.156. Inquérito Civil SIMP nº 128.0.177555/2014, da Promotoria de Justiça

de Jaguaripe.

SALA DAS SESSÕES, 02 de fevereiro de 2016.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, em exercício

NIVALDO DOS SANTOS AQUINO

Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício

Conselheiros: Elna Leite Ávila Rosa; Zuval Gonçalves Ferreira; João Paulo Cardoso de Oliveira; Adriani Vasconcelos Pazelli e Aurisvaldo Melo Sampaio.//